

O Marrare número 15

Homenagem ao prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho"



Apresentação

Em 1966, quando entrei para o curso de Letras na UERJ, Leo (como era chamado na intimidade) foi meu primeiro professor de Literatura Portuguesa. A partir daí, iniciou-se um convívio de muitos anos, estreitando laços de amizade, de trabalho e de pesquisa que se entrelaçam com o amor pela Literatura Portuguesa.

Inacreditável e verdade: nossa amizade sobreviveu aos liames da vida acadêmica na universidade, onde as relações especulares regem a luta entre o senhor e o escravo, tão bem demonstrada, na leitura que Kojève faz de Hegel.

O desejo de cátedra levou Leodegário a fazer concurso para obter o título de Catedrático, transformado por exigência da lei em Titular. Nesse grau, durante quase quarenta anos, em vez de agir como senhor no sentido hegeliano atuou no sentido analítico: seu desejo orientava uma atuação mais aberta, em que a singularidade de cada um não só era acolhida, mas também incentivada ao nível da pesquisa. Sem dúvida, a generosidade, tão escassa em nossos dias, era uma de suas qualidades. Havia sempre lugar para mais um em seus empreendimentos, desde que houvesse mérito. Era assim em sua vida pública e privada. Outra de suas facetas era a fidelidade. Nunca traiu os amigos e aqueles que o ajudaram na trajetória universitária. Nunca. Existem inclusive várias histórias que relatam atos heróicos para defender os amigos.

Dedicou-se ao estudo de vários autores, desde a época do trovadorismo até a contemporaneidade, mas sua paixão, sem dúvida, era Camões. Uma paixão seguida pela obsessão do estabelecimento do cânone camoniano que, infelizmente não foi terminado e que esperamos que seja levado adiante pela camonista Marina Machado Rodrigues, sua amiga e companheira de pesquisa.

Homenagem Poética

Um português adotado
Ana Hartherly

Depoimentos

Leodegário, O mestre
Albano Martins

Momento Singular
Cláudia Azevedo

Fernando Pessoa para
Leodegário
Júlio Carvalho

Carta a Leo
Marcus Vinícius Quiróga

Uma página para lembrar: O
professor, o homem, a obra
Marina Machado Rodrigues

Profissionalismo e didatismo
Monica Rector

A crítica textual em Luís António
Verney
Sebastião Pinho

Entrevista

Conversa em casa do poeta João

Sua partida, além das saudades dos amigos e dos familiares, expôs a olho nu as marcas do malestar em nosso mundo pós-moderno. Nesse mundo, a universidade deixa de ser o lugar de produção do saber e se torna o império da burocracia, onde o que conta são os números advindos das estatísticas. A quantidade desbanca a qualidade. O anonimato substitui o aortal. A implicação subjetiva desaparece para dar lugar ao Grupo, cujas regras extirpam a reflexão, a criatividade e a singularidade. Os agonizantes, estranhos nesse novo mundo, devem ser eliminados pela lei da vida, ou seja, a morte, ou devem ser perseguidos até desistirem de pertencer à nova corte.

Nesse admirável mundo novo não há lugar para o reconhecimento, para a amizade e para a homenagem desprovida de interesses políticos. Passivos e aderentes, os integrantes da Academia universitária se espedaçam na luta pelo prestígio, verdadeiro mercado de ações, onde se vendem bolsas, viagens e outros prêmios.

É neste contexto, dominado pelo ódio e desejo de vingança, que a Editora de O Marrare decide, com o apoio da minoria do Setor de Literatura Portuguesa, dedicar o último número deste ano ao Professor Leodegário A. de Azevedo Filho, homenageando-o, depois de sua partida sem retorno.

Sem lugar para a reconciliação, nasce essa homenagem. No artigo “O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero?”, publicado em Jacques Derrida: Pensar a desconstrução (São Paulo: Estação Liberdade, 2005), Jacques Derrida diz que a reconciliação é uma “constituição democrática de extrema modernidade” e que “incorpora todos os progressos do direito constitucional das democracias deste século” (p. 46).

Neste número, reunimos não todos os amigos, porque alguns não conseguimos encontrar e outros não puderam colaborar por razões diversas. Mas todos os que foram encontrados aceitaram com entusiasmo participar desta edição que homenageia o homem que partiu e a obra que ficou, imortalizando assim um nome que se associa à pesquisa e à divulgação da literatura portuguesa.

Prestar uma homenagem ao professor, unicamente, seria limitar sua dimensão humana. A obra, mais de 70 livros e cerca de quatro centenas de artigos e ensaios publicados, nem nós nem as gerações vindouras poderemos ignorar ou esquecer, ainda que possamos discordar dela em alguns pontos.

Deste modo, não se trata de dar voz à obra. Aqui, reúnem-se depoimentos, ensaios, poesia e fotos, uma pequena mostra das impressões que o Leo deixou gravadas em cada um de nós: a sua família e os seus amigos. Esta publicação não tem por isso um caráter eminentemente acadêmico, mas também afetivo. Em relação ao acadêmico, alguns convidados escreveram artigos, dedicados ao Leodegário, para esse número. Outros preferiram dar seus depoimentos pessoais sobre as suas relações com ele e Ana Hatherly faz sua homenagem, criando dois poemas

para terminar, quero falar das saudades do Leo que, nas horas amargas e tristes — excepcionalmente nessas horas — sabia acolher os amigos com gesto de amor.

Nadiá Paulo Ferreira

Cabral de Melo
Nicolás Extremera Tapia

Artigos

A Morte enquanto luto da vida
Antônio Sérgio Mendonça

O Cancioneiro peninsular e o romanceiro nordestino em Ariano Suassuna
Luisa Trias Folch

Corte e literatura no renascimento
Rita Marnoto

Uma jóia da bibliografia camoniana
Vitor Aguiar e Silva

O soneto camoniano sete anos de pastor Jacob servia à luz do cânone editorial de Leodegário A. de Azevedo Filho
Xosé Manuel Dasilva Fernández

Iconografia

Fotos de Leodegário A. de Azevedo Filho
Homenagem

Sobre o Café Marrare

Na primavera de 1843 outra figura de apparencia á mesa do Marrare: um moço Na flor da vida; baixo, nariz adunco, olhos penetrantes, faiscando através das lentes encaixilhadas n'um aro de oiro muito delgado; bocca fina levemente vincada e contrahida sobre os cantos; suissas negras, aneladas e finas, deixando livre a ponta do queixo forte como a da estatua de pedra, que o cinzel não alindou; maçãs do rosto proeminentes; picado de bexiga. (...)

Chegara de França,(...) O novo freqüentador do marrare doutorou-se em medicina. Prosador elegante e orador didáctico de primeira ordem.

Este rapaz d'então era meu velho amigo Thomaz de Carvalho.

Manuel, Passos. "O Marrare do Polimento". In: PATO, Bulhão. Memórias. Scenas de infancia e homens de letras. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1894, 3v, tomo I. pp.146 e 147.

CORTE E LITERATURA NO RENASCIMENTO

Rita Marnoto
Universidade de Coimbra/UC
rmarnoto@fl.uc.pt

Leodegário A. de Azevedo Filho,
considerações sobre a expressão
do silêncio na poesia de Ferreira Gullar
e na poesia de Tasso da Silveira

Mobilidade da estrutura, encarada como força resultante de
uma série de transformações.

Nas breves linhas que servem de *incipit* a este trabalho, fica contida uma daquelas máximas lapidares, caracterizadas por um rigor e um sincretismo muito próprios, em que a escrita do Prof. Leodegário de Azevedo Filho é fértil. Põe em relevo, na senda de Lévi-Strauss, aquela mobilidade transformacional da estrutura que a liga ao contexto. De facto, qualquer sistema literário se encontra em permanente evolução, dado que é dinâmico, o que propulsiona a heterogeneidade dos elementos que o constituem e das suas combinações possíveis, quer com elementos desse mesmo sistema, quer com elementos de outros sistemas, literários ou paraliterários.

Esta é uma das mais produtivas vias para o estudo dos chamados períodos clássicos, e do Renascimento em particular. Mostra como um modelo de alcance abrangente foi declinado de modo diversificado, dando lugar a articulações de formas, ritmos e convergências muito vários. Trata-se, pois, de um sistema formado por vários sistemas, em constante evolução, cujos elementos são interdependentes, e que, da mesma feita, é parte de um sistema mais vasto, o polissistema de uma época.

Fica assim superado aquele conceito purista que, ao associar o modelo do classicismo e a *imitatio* à uniformidade repetitiva de um formulário, se arriscava a convertê-lo numa entidade estática. Correlativamente, da redução do alcance de um fenómeno tão amplo a fronteiras nacionais, não poderá resultar senão uma leitura

esterilizante. Se, numa escala temporal, os seus confins se estendem à recuperação do mundo antigo, numa escala espacial são extravasadas as fronteiras da Europa, para outros continentes, como o americano.

Concebida nos meios do estruturalismo russo e do estruturalismo checo, tendo depois encontrado brilhantes desenvolvimentos na obra de Umberto Eco, Jurij Lotman ou Even-Zohar, a noção de sistema dinâmico conta com um sólido historial crítico, e tem vindo a ser explorada, em tempos mais recentes, por certos ramos dos estudos culturais, dada a abrangência e a capacidade que lhe é própria de compreender realidades complexas. O dinamismo do período do Renascimento decorre, em grande parte, do modo como um modelo, que é o do classicismo, vai sendo sucessivamente declinado e revitalizado através das suas aplicações. Essa multiplicidade de intersecções potencia a canonicidade que o sustém. Na verdade, por entre as pregas desses cruzamentos aloja-se a própria arte da modelação do sistema do classicismo. É na exploração desses percursos e dessas transferências sógnicas que reside o sentido da teoria e da prática da *imitatio* no Renascimento.

Assim sendo, esta via metodológica é a de um comparatismo concebido à escala europeia e trans-europeia¹. Na dialéctica entre corte e literatura, espelha-se uma multiplicidade de intersecções e uma variedade de modelações cujo sentido decorre da sua inserção num plano mais vasto. É a partir deste conjunto de orientações metodológicas que entendo desenvolver a articulação entre corte e literatura no Renascimento.

Como é sabido, ao significado, em latim medieval, da palavra *corte*, para designar os lugares adjacentes ao castelo, sobrepõe-se o de *cúria*, enquanto local de encontro dos mais dignos homens. Daqui decorre um sistema de valores que a língua ocitana logo consagrou através do adjectivo *cortes* e do substantivo *cortezia*. Ao longo de um processo evolutivo secular, a corte erige-se, pois, em sujeito colectivo dotado de uma função e de um simbolismo próprios.

A sociedade de corte desenvolve-se precocemente na área ocitana, já em finais do século IX. A partir do ano de 1000, alguns castelos tornam-se sede laica de uma produção artística e cultural que alcançará particular desenvolvimento no âmbito da poesia lírica. O fenómeno alastrará depois pela França, pela Itália e para

o Leste, e também pelo Ocidente ibérico, tal como foi estudado por críticos da envergadura de Erich Köhler² e Georges Duby³, que associam essa poesia a uma forma de autoconsciência e de autolegitimação de estratos da sociedade feudal.

Por sua vez, a corte renascentista instaura um modelo e assume um simbolismo que decorrem de uma fase evolutiva subsequente. O novo paradigma acompanha a deslocação do centro do polissistema literário para terreno italiano. No plano europeu, serve-lhe de padrão a *institutio italiana*. Peter Burke⁴ e Amedeo Quondam⁵ mostraram como é a partir dele que pode ser compreendida toda a evolução da corte moderna, com as suas rupturas e as suas articulações, levando a cabo, da mesma feita, uma revisão das teses de Norbert Elias.

O modelo da corte feudal teve escassa penetração em Itália. Para melhor compreender esta situação, será necessário ter em linha de conta que, por um lado, a nobreza feudal italiana não se distingue pela sua força, mas, por outro lado, a burguesia não adere ao sistema de valores ocitano, que lhe é alheio, nem manifesta interesse em fazer sua a literatura que lhe é correlata. A *magna curia* de Frederico II é imperial e brota das franjas da Península, como fenómeno multicultural que cruza componentes muito diversificados, entre a cultura do Centro e do Norte da Europa, a presença árabe e o mundo hebraico, para além da esfera ocitana⁶. Por entre todas as dúvidas com que a historiografia literária se confronta, admite-se que, na escala social, os seus poetas fossem funcionários ligados, quando muito, à pequena nobreza. Mais do que visarem, propriamente, a autolegitimação de um estrato, procuravam a protecção do poder.

Quando, com a desintegração da corte do Imperador, em meados do século XIII, a poesia dos Sicilianos se expande pelo Centro da Península, é para lançar raízes no ambiente comunal, expressão do meio urbano e de um grupo social activo e empreendedor. No seio da nova ordem ligada ao comércio, é muito vivo o confronto entre núcleos e entre estratos ligados ao governo comunal. O ambiente das comunas é vário e extremamente receptivo ao novo, quer nos seus contornos sociais, quer no que diz respeito às preferências literárias.

O centro de gravitação não é, porém, a corte, mas a urbe. Beatrice, protótipo da mulher-anjo stilnovista, na *Vita nova* caminha pelas ruas da cidade, dando o seu

saluto a quem o merece. A poesia distancia-se, definitivamente, do modelo da corte feudal, apesar de poder ser considerada como funcionalmente cortês⁷. Os poetas do *dolce stil novo* fazem jus à determinação com que cultivam uma tradição alta, dotada de um elevado grau de abstracção, que capta as transformações sociais em movimento. Paralelamente, a produção literária, do plano lírico, estende-se a temas políticos, históricos, enciclopédicos, de edificação, de teorização retórica, jocosos, romanescos ou de ocasião, numa avalanche de novas modalidades de intersecção. Sob o signo da variedade, essa eclosão literária abrange não só uma extrema diversidade de formas, conteúdos e géneros, como também de opções linguísticas. A feição experimental que a propulsiona traduz-se na sucessão de escolas e tendências, através de um afincado jogo de diatribes e conflitos. Sumo representante dessa vaga de fundo, é o Dante da *Commedia*.

Se a variedade que caracteriza a literatura italiana do século XIV fica contida nos trilhos da polifonia, aquele século XV, no qual Benedetto Croce não conseguiu penetrar, ainda mais a potencia. A historiografia literária recente concebe-o como proliferação anárquica de formas e géneros, autores e obras. Essa panóplia de realizações situa-se no âmbito de um classicismo que está a construir o seu cânone.

Será depois da *Pace di Lodi*, de 1454, que ficam criadas aquelas condições de estabilidade que permitirão ao sistema de cortes consolidar-se. Neste ponto, é decisiva a passagem do regime político das senhorias, para um regime de estados senhoriais. A trama constituinte e vital dessa mudança é o efectivo aumento do patriciado urbano, com a correlata formação de novos grupos sociais, caracterizados pela sua índole substancialmente diversificada, que não eram compreendidos pela antiga ordem. Apesar disso, os novos estratos são extremamente coesos na defesa de objectivos comuns. Formam-se no seio de cada estado, mas a sua presença estende-se, transversalmente, por toda a Itália.

Ao analisar este processo evolutivo e os seus mecanismos, Amedeo Quondam mostra como, correlativamente, a centralidade é deslocada, do príncipe, para a própria corte. Entre esta situação e o modelo de vassalagem sobre o qual se construíra a corte feudal não há solução de continuidade.

A corte, no estado senhorial, traduz o consenso necessário à fortificação de uma sociedade que, com os seus vários grupos, é heterogênea. O novo pacto, consensual e consentâneo, assenta na interrelação orgânica dos membros de um corpo, sob a égide de um conjunto de normas de comportamento que define a sua identidade antropológica. O seu horizonte distancia-se, por consequência, das especulações acerca de amor e da sua essência contidas num *De amore* de Marsilio Ficino ou no *Libro de natura de amore* de Mario Equicola. De outra forma, esse pacto irá ser consagrado por uma tríade de tratados que logo granjeou renome europeu: *Il cortegiano*, de Baldassar Castiglione, com sucessivas redacções entre 1513 e 1525, quando o seu autor já se encontrava em Espanha como Núncio Apostólico, editado pelos sucessores de Aldo Manuzio em 1528, em Veneza, e, no mesmo ano, pelos Giunta, em Florença; *Galateo overo de' costumi*, de Giovanni della Casa, editado póstumo em 1558; e *La civile conversazione* de Stefano Guazzo, que saiu em 1574 e em 1579, numa segunda redacção. Todos eles são escritos sob a forma de diálogo, emblema de uma sociedade que elege o discurso como plataforma de interrelacionamento, e prescrevem modelos de desempenho susceptíveis de identificarem os membros da corte, enquanto tal. Costumes e conversação passam a ser uma segunda natureza. A conversação, juntamente com esses códigos de comportamento, são a face visível de um espírito de corpo, reunido em torno de práticas gregárias que identificam o cortesão, antropológicamente, como membro de um colectivo.

Essas práticas são descritas e prescritas em todos os seus aspectos e com todo o cuidado. De entre elas, a lírica petrarquista desempenha uma função primordial. Assenta, também ela, numa tendencial homogeneidade de formas e temas, que tem ao seu serviço os instrumentos capitais do rimário e do dicionário de *topoi*. A sua difusão é servida pela imprensa. Ao lançar no mercado centenas de exemplares iguais, põe-se ao serviço de um desempenho literário também ele equilibrado e consensual⁸. Sob a égide de Petrarca, mestre de todas as finezas literárias, esta lírica nutre-se a si própria e nutre toda a Europa com as lições do classicismo.

Este modelo de corte não corresponde, de forma alguma, ao modelo *cortês*, mas a outro modelo que costuma ser designado *cortesão*. Como sublinha Marco Santagata, no artigo “Nascer duas vezes. Vicissitudes da lírica italiana dos primeiros

séculos”⁹, a lírica italiana não conheceu uma verdadeira estação cortês, em virtude de circunstâncias já anteriormente explicitadas. É no século XV que a sociedade de corte ganha pujança, em Itália, e é também nesse momento que a poesia se torna um componente fulcral desse ambiente. Como tal, não reentra no domínio do *cortês*, porquanto distanciada da tipologia ocitana e do cenário feudal. Cria, então, o seu próprio modelo, *cortesão*. Este padrão faz-se expressão das mudanças e das agitações que orientam o novo relacionamento interpessoal, confluindo na intersecção entre ética e estética. Modelo mais maturado no tempo, modelo gerado no centro do polissistema literário europeu, será seguido e imitado ao longo de todo o curso temporal que irá até à Revolução Francesa. Apesar de a área mais visível do seu impacto ser a França de Versalhes, a sua irradiação é europeia.

Pelo que diz respeito a Portugal e ao período do Renascimento, não resulta a existência de tratados de comportamento que possam ser colocados em paralelo com *Il cortegiano*, o *Galateo*, ou a *Civil conversazione*. Nas letras portuguesas de Quinhentos, encontram-se representados os grandes géneros literários do tempo. A narrativa de viagem é uma das mais originais vertentes dessa produção, ao que há a acrescentar o nome de um poeta de primeiro plano, Luís de Camões¹⁰. Apesar de a normatividade de costumes ser um assunto abordado em textos de diversas tipologias, o tratado de comportamento não é cultivado.

Contudo, os fundos das bibliotecas portuguesas mostram que Castiglione, della Casa ou Guazzo eram lidos, quer no original, quer em tradução. Aliás, na área ibérica, *Il cortegiano* foi objecto de uma prestigiada tradução feita por Boscán. Em 1624, entra para o índice de livros proibidos, o que mostra que era objecto de leitura.

Na verdade, a corte real portuguesa é uma instituição dotada de uma substancial continuidade, ao longo dos séculos¹¹. Não tem o carácter precoce das cortes ocitanas, nem conhece o seu prematuro eclipse. A sua criação não é protelada para um momento adiantado, como em Itália, nem decorre de uma necessidade de recuperar modelos que lhe permitam preencher um vazio de códigos, como em França. O seu perfil vai evoluindo ao longo de uma linha contínua, marcada por interregnos que não a chegam a afectar. Sofre algumas vicissitudes no período da monarquia dual, para logo ser revitalizada pelos

Bragança. No terramoto de 1755, o palácio da Ribeira desmorona-se, mas, mesmo assim, os rituais vão-se mantendo na real barraca para onde D. José se transfere.

A corte de Avis foi, nos seus primórdios, como é sabido, um importante centro de renovação literária, com o cuidado posto na organização da biblioteca real, o incentivo à tradução e o cultivo de vários tipos de prosa. Ao lermos, porém, as páginas do grande repositório da poesia de corte da segunda metade do século XV e dos inícios do século XVI, o *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende editado em 1516, colhemos a imagem de uma sociedade que se caracteriza por um forte dinamismo interpessoal, mas que se encontra perfeitamente satisfeita consigo própria e que, nesse sentido, é basicamente conservadora. Os novos costumes suscitam reacções de espanto, que ficam entre a curiosidade e o repúdio, assim mostrando a vitalidade relativa de um mundo que se observa e que se interroga acerca das mudanças em acto, mas sem que por elas seja atraído. Não se trata de um colectivo estagnado, embora também não acalente particulares expectativas.

É formado por uma nobreza de casta que, como tal, não tem necessidades de autolegitimação, e vai fruindo o bem-estar que lhe é oferecido pela protecção real. A sua composição clássica e social mantém uma certa homogeneidade ao longo dos tempos, sem sofrer particulares alterações. Aquela diversidade resultante, por exemplo, das novas formas de organização sócio-política da Itália do século XV é-lhe substancialmente alheia. O centro continua a ser o rei, mais do que a corte. A riqueza e a abundância que caracterizavam a corte portuguesa do século XVI eram postas ao serviço de modalidades de representação do poder que não requeriam, como tal, intervenções codificadoras exógenas.

A essas características de homogeneidade social, alia-se uma certa heterogeneidade de costumes. A corte portuguesa era famosa, em toda a Europa, pelo seu luxo exótico. Essa mesma linha de continuidade ao longo da qual se processara a sua evolução, sem rupturas, favorecera a acumulação de elementos de diversa proveniência, enquanto sinal de um consenso que procedeu por inclusão. O rei D. Afonso V, cognominado, precisamente, como O Africano, acolheu uma filha do último Rei de Granada e cultivou o gosto pelos ambientes africanos. O hábito orientalista das mulheres se sentarem no chão, sobre almofadas, deu nome a um grupo de damas de corte chamadas as almofadas. Tais hábitos mantiveram-se até

ao século XVIII, altura em que inspiraram a viajantes estrangeiros relatos de grande fascínio por esses usos.

Aliás, D. Manuel soube tirar o melhor partido da imagem de exotismo, nas suas relações internacionais. Recorde-se a Embaixada do Elefante, enviada ao potente Papa Leão X em 1514. O Rei da pimenta percebeu perfeitamente que qualquer tentativa de competir com o fausto do Papa de' Medici, no campo do classissismo, seria vã. No entanto, deslocando o fulcro para o domínio do exotismo, a vitória estaria garantida, como de facto esteve. Enviou então nessa missão pedras preciosas vindas do Oriente, outras matérias pouco conhecidas na Europa e um elefante indiano que deslumbrou os grandes senhores¹². Por sua vez, num momento mais adiantado do século, D. Sebastião intuiu o significado da primeira grande epopeia que não se desenrolava no Mediterrâneo, abrindo novos horizontes através da navegação pelo Oceano Atlântico e pelo Índico, *Os Lusíadas*, cuja primeira edição, de 1572, logo apoiou.

É necessário que a corte atravessasse o Atlântico, ao tempo de D. João VI, para que se gere uma verdadeira heterogeneidade social no seio da sua malha¹³. O impacto decorrente da osmose com o novo mundo propulsiona uma verdadeira renovação do seu ambiente.

As grandes transformações em acto no seio da instituição que é a corte e da produção literária que lhe anda associada são, pois, acompanhadas por uma evolução estrutural que é potenciada pela heterogeneidade sistémica gerada no seio do próprio classicismo. O que mais uma vez mostra, como escreve o Prof. Leodegário de Azevedo Filho, que há que considerar a mobilidade da estrutura como força resultante de uma série de transformações.

NOTAS

¹ Tive oportunidade de aprofundar este tema em “Literatura comparada. Imaginar, interrogar”, Imaginação e literatura, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da UC, 2009, pp. 167-194.

² *Trobadorlyrik und höfischer Roman. Aufsätze zur französischen und provenzalischen Literatur des Mittelalters*, Berlin, Ruetten & Loening, 1962; *Sociologia della fin’amor. Saggi trobadorici*, Padova, Liviana, 1976.

³ *Guerriers et paysans. 7e-12e siècle. Premier essor de l’économie européenne*, Paris, Gallimard, 1973. No âmbito galego, vd. António Resende de Oliveira, *Depois do espectáculo trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994. Para uma perspectiva geral e um balanço crítico, vd. Marco Santagata, “Dalla lirica cortese alla lirica cortigiana: appunti per una storia”, M. S., Stefano Carrai, *La lirica di corte nell’Italia del Quattrocento*, Milano, Franco Angeli, 1993, pp. 11-30.

⁴ *The Italian Renaissance. Culture and Society in Italy*, Princeton, Princeton University Press, 1972.

⁵ “Questo povero cortegiano”. *Castiglione, il libro, la storia*, Roma, Bulzoni, 2000; *La conversazione. Un modello italiano*, Roma, Donizelli, 2007.

⁶ Referi-me a este conjunto de questões em A “Vita nova” de Dante Alighieri. Deus, o amor e a palavra, Lisboa, Colibri, 2001.

⁷ Cf. Marco Santagata, cit.

⁸ Vd. Amedeo Quondam, “Pettrarquistas e gentis-homens”, *Petrarca 700 anos*, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2005, pp. 187-248.

⁹ *Estudos Italianos em Portugal*, n.s., 1, 2006, pp. 13-39.

¹⁰ Há que agregar Luís de Camões a um enquadramento epocal mais vasto, assunto tratado no fundamental ensaio de Marina Machado Rodrigues, *Camões e os poetas do século XVI*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

¹¹ Vd., sobre a corte portuguesa da Baixa Idade Média, Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995; e sobre a corte de Bragança até 1640, Mafalda Soares da Cunha, *A casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, ambas acompanhadas de bibliografia.

¹² Vários foram os senhores que pediram emprestado a Leão X o célebre elefante. Assim o seu jovem sobrinho, o Conde Cosme I, com quem se escusou do empréstimo dado o dano nos cascos do animal que seriam causados por uma viagem até Florença. Vd. Matthias Winner, “Raffael malt einen Elefanten”, *Mitteilungen des kunsthistorischen Instituts in Florenz*, 9, 2-3, 1964, pp. 71–109.

¹³ Vd., mais recentemente, Juandir Malerba, *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.